

Dr. James S. Spiegel, Ética Cristã, Sessão 10, Aborto, Parte 1

© 2024 Jim Spiegel e Ted Hildebrandt

Este é o Dr. James S. Spiegel em seu ensinamento sobre Ética Cristã. Esta é a sessão 10, Aborto, Parte 1.

Certo, então concluímos nossa pesquisa sobre as principais teorias morais. Agora, vamos voltar nossa atenção para uma série de questões morais práticas.

Ao longo do caminho, notaremos argumentos pró e contra em relação a cada uma dessas questões e aplicaremos de várias maneiras os princípios e conceitos morais que já discutimos a essas várias questões. Então, começaremos com o que provavelmente é o mais controverso de todos, que é o debate sobre o aborto. Deixe-me começar apenas fornecendo um pouco de contexto biológico em relação à gestação, porque há certos termos que são usados nesta discussão, e é importante que entendamos o que eles significam.

Então, após a fertilização do óvulo pelo espermatozoide, o zigoto é formado. E conforme ele migra para o útero, ele se torna um blastocisto. Há uma imagem de um blastocisto.

Aproximadamente das semanas 3 a 8, é conhecido como embrião. Por volta da marca de 3 1/2 semanas, o coração começa a bater, o que é detectável por volta da 6ª semana. Na 7ª semana, a atividade cerebral começa, e neste ponto, é chamado de feto.

Por volta da 16ª semana, há aceleração. É quando a mãe consegue sentir o bebê se movendo em seu útero. E então, por volta da 24ª semana, atingimos a viabilidade.

É quando o bebê consegue sobreviver fora do útero. Então, novamente, há a imagem de um blastocisto. Aqui está a aparência do embrião por volta das semanas 3 a 4. Há um embrião de 7 1/2 semanas.

10 semanas. 3 meses e 1 semana. 4 meses.

6 meses. 8 meses e 3 semanas. E ta-da, aqui está meu filho, Andrew, quando ele tinha, não sei, 6 ou 8 meses.

Então, a seguir, vamos observar algumas das categorias de aborto. A distinção mais fundamental aqui em relação ao aborto é a interrupção de uma gravidez. Geralmente, o aborto é quando há uma gravidez interrompida.

A distinção mais fundamental é entre abortos espontâneos e abortos induzidos externamente. Um aborto espontâneo também é conhecido como aborto espontâneo, e isso não é fonte de nenhum debate ou controvérsia moral. O que é controverso e debatido, é claro, é quando os abortos são induzidos externamente.

Isso é feito por meio de vários métodos, incluindo vácuo, aspiração, dilatação e curetagem, injeção salina, histerotomia, prostaglandina e a pílula do dia seguinte. Quanto às questões filosóficas centrais, há duas questões principais. Uma diz respeito ao status ontológico do feto.

Que tipo de entidade é essa quando falamos de um feto, um embrião ou um blastocisto? Em qualquer ponto da gestação sobre o qual estejamos falando, podemos perguntar: que tipo de entidade é essa? É apenas um apêndice, algo como um apêndice, uma amígdala ou uma adenoide? É potencialmente humano? É humano, mas meramente biologicamente? Um humano biológico, mas não uma pessoa? Ou o feto, é mesmo um blastocisto ou um zigoto, uma pessoa totalmente humana? Então, essas são possibilidades diferentes sob a questão geral do status ontológico do feto. Então perguntamos: qual é o status moral do feto? Quais direitos, se houver, um feto tem? E quais deveres ou obrigações temos em relação aos fetos? Nossa resposta a essa pergunta ou a essas perguntas sobre o status moral do feto será determinada por nossas respostas anteriores às perguntas ontológicas. É por isso que é importante que primeiro abordemos a questão ontológica sobre o status do feto.

Um pouco sobre o contexto legal: é claro, a decisão histórica de 1973 e a decisão da Suprema Corte, *Roe versus Wade*, têm sido o precedente legal orientador por quase 50 anos. O tribunal abordou a questão dividindo a gestação em terços, os vários trimestres.

E então fez certas decisões que se aplicam a cada um desses trimestres. Com relação ao primeiro trimestre de gestação, o tribunal decidiu que os estados não podem regular o aborto. Com relação ao segundo trimestre, eles disseram que os estados podem regular, mas apenas para o bem da saúde da mãe.

Em relação ao terceiro trimestre, eles decidiram que os estados podem proibir qualquer aborto, exceto aqueles que são necessários para a saúde da mãe. Agora, desde *Roe versus Wade*, houve uma série de outras decisões. Na verdade, no mesmo ano, 1973, houve outro caso chamado *Doe versus Bolton*, que na verdade expandiu *Roe* ao notar que a saúde da mãe pode incluir preocupações psicológicas e emocionais.

Quatro anos depois, em *Planned Parenthood versus Danforth*, eles decidiram que nenhum consentimento parental ou conjugal é necessário. Essa decisão também deixou a decisão para a mãe grávida e seu médico. Em 1989, em *Webster versus*

Reproductive Health Services, uma lei do Missouri definindo a vida como começando na concepção foi mantida.

Essa decisão também proibiu o financiamento público do aborto. Três anos depois, em *Planned Parenthood versus Casey*, uma lei da Pensilvânia que exigia um período de espera de 24 horas para informar a mulher sobre os vários riscos envolvidos no aborto foi mantida. Ela também manteve o requisito de consentimento dos pais, mas rejeitou o requisito de notificação do cônjuge.

Então, esses são alguns dos principais casos da Suprema Corte que remontam a *Roe versus Wade* relacionados ao aborto. Então, precisamos distinguir entre as questões morais e legais aqui. Esta é uma das coisas que torna o debate sobre o aborto tão complexo e difícil, é que temos essas duas dimensões para a questão.

E a questão legal é: uma mulher deve ter o direito legal de escolher o aborto neste país? E a questão moral é se é legal ou não, quando, se alguma vez, é moralmente apropriado para uma mulher fazer um aborto? Então, pode-se ser pró-vida ou pró-escolha, moral ou legalmente. Muitas pessoas são pró-vida no sentido moral e acreditam que uma mulher não deve ter o direito de escolher um aborto, então elas seriam pró-vida no sentido legal também. Muitas pessoas são pró-escolha moralmente e legalmente.

E então alguns são pró-vida moralmente, mas pró-escolha legalmente. Então, isso fica um pouco complicado apenas em termos das visões que alguém pode ter. Vamos nos concentrar na questão moral.

E dependendo da sua orientação política, isso pode ou não ter implicações para a questão legal. Então, vamos começar falando sobre alguns dos principais argumentos pró-escolha, pró-escolha moral que foram feitos. Provavelmente os dois argumentos mais conhecidos em favor da visão pró-escolha foram apresentados por Judith Jarvis Thompson e Mary Ann Warren.

Então, vamos começar com os argumentos de Judith Jarvis Thompson, que são únicos e muito inovadores. Diferentemente de Mary Ann Warren, sobre quem falaremos a seguir, Thompson assume, para fins de argumentação, que o feto é uma pessoa completamente humana. Vamos admitir que o feto é uma pessoa e não apenas biologicamente humano.

Ainda se segue que temos que conceder ao feto os mesmos direitos morais que qualquer, digamos, adulto humano? E ela argumenta que não. Ela também tentou bombear nossas intuições sobre essa questão por meio de alguns experimentos mentais interessantes. E um deles diz respeito ao violinista.

Thompson usa um experimento mental bem famoso. Então, suponha que você se encontre um dia, acorde em um hospital e esteja conectado a alguém por uma linha intravenosa que está deitado em uma cama ao seu lado. E você descobre, é informado, que foi nocauteado, sequestrado e usado para dar suporte a essa pessoa que está ao seu lado e que tem uma doença sanguínea rara que somente seu tipo sanguíneo específico poderia ajudar a ajudar.

E então, eles estão usando você como uma espécie de máquina de suporte de vida enquanto você está conectado a essa pessoa que é um violinista de renome mundial. A Society for Music Lovers foi quem providenciou isso porque eles não queriam perder esse grande violinista que, sem seu apoio físico particular em termos de seu sangue, morreria em apenas algumas semanas ou meses. Então, eles decidiram fazer isso porque você provavelmente não teria dado seu consentimento.

Mas agora que você está ligado a essa pessoa, eles dizem que você só precisa ficar nessa condição por nove meses, e então você está livre para ir. Então, aquele violinista famoso em particular pode passar o resto de sua vida enriquecendo a vida de outras pessoas com sua habilidade musical. Agora, qual seria sua resposta nessa situação? Você diria, ok, isso faz sentido?

Vou ficar aqui sentado e esperar as semanas e os meses passarem. Provavelmente não. Sua resposta provavelmente seria, espere um minuto, ninguém me perguntou.

Eu não escolhi isso. Então, você não pode me fazer sofrer com esse desconforto e inconveniência por nove meses, mesmo que, ok, o violinista seja um membro valioso da sociedade e uma pessoa tanto quanto eu. Vou me desvencilhar.

Desculpe, mas você não pode me obrigar a fazer isso. Agora, o ponto de Thompson aqui é que é análogo a um aborto onde, novamente, mesmo se concedermos que isso é uma pessoa, você ainda tem o direito de se desvencilhar nesse caso. Podemos conceder que o feto é um ser humano totalmente pessoal com direitos e assim por diante.

Isso não anula seu direito de preservar sua própria liberdade neste caso. Então, ela argumenta que essa analogia deveria nos mostrar ou revelar que nem todos os fetos têm um direito à vida que obrigaria uma mulher a continuar sua gravidez, mesmo que não tenha sido intencional. Agora, responderemos a isso um pouco mais tarde, com mais detalhes, mas acho que é importante notar neste ponto que, como muitos observaram, parece que essa analogia se aplica apenas a gestações resultantes de estupro.

Essa parece ser a analogia mais exata aqui. Se alguém é forçado a sustentar essa pessoa sem nenhuma ação própria, isso seria análogo a um estupro, mas há outras

questões sobre esse experimento mental que falaremos mais tarde. Mas Thompson tem outro experimento mental sobre as sementes das pessoas.

Então, ela nos pede para imaginar uma situação muito diferente da nossa, onde há essas pequenas sementes invisíveis que flutuam no ar. E elas são tais que, se pousarem em carpetes ou estofados, uma pessoa humana começará a brotar, uma planta humana. Nesse mundo imaginário, para evitar que as plantas humanas cresçam em seus móveis ou em seu piso, há essas malhas finas que as pessoas colocam em suas janelas que são apenas semipermeáveis.

E as sementes raramente conseguem passar. Há uma chance de 99% de que as sementes sejam impedidas, mas há talvez 1% de chance de uma semente passar. E se isso acontecer, por acaso, implantar-se em seu carpete ou estofamento, uma planta pode crescer.

Agora, suponha que uma mulher em particular esteja morando em um apartamento, e ela tem sido muito vigilante sobre a manutenção das telas em suas janelas, mas ela nem sempre as mantém fechadas. Ela gosta de um pouco de ar fresco de vez em quando, então ela abre suas janelas; as telas estão lá, mas uma semente passa, e se implanta no carpete. Ela percebe depois de algumas semanas, oh, há uma planta crescendo.

Eu não pretendia isso. Fiz minha diligência para evitar que essa semente se implantasse no meu apartamento, então vou arrancá-la. Thompson acredita que essa é uma abordagem perfeitamente racional, e apesar do fato de que essa é uma pessoa real que estava crescendo no apartamento da mulher, ela ainda pode arrancá-la.

Ela fez sua diligência para evitar que isso acontecesse, mas aconteceu, então ela ainda tem o direito de arrancar a planta daquela pessoa. E então isso seria, é claro, análogo ao uso de certos tipos de controle de natalidade, a pílula, digamos, por exemplo, que é altamente eficaz na prevenção da implantação de óvulos fertilizados na parede uterina. Se uma mulher se encontra grávida nessas circunstâncias, ela deve ter o direito de abortar tanto quanto aquela mulher no apartamento tem o direito de arrancar a planta daquela pessoa.

Então, ela argumenta que não temos o dever de ser bons samaritanos ou samaritanos esplêndidos, o que descreveria alguém que fica ligado ao violinista. Descreveria alguém que deixa a planta da pessoa crescer em seu apartamento, embora ela tenha tentado impedir isso. Temos o dever de ser, como ela diz, samaritanos minimamente decentes, mas um samaritano minimamente decente não tem o dever de permitir que a planta da pessoa viva ou que o violinista fique ligado.

Então ela fala sobre esse caso na década de 1960, onde uma mulher chamada Kitty Genovese estava sendo espancada por alguém do lado de fora de seu complexo de apartamentos, esfaqueada repetidamente por um homem, e ela estava chorando por socorro por talvez 10, 15 minutos. Havia nada menos que várias dezenas, se não 50 ou 60, pessoas que a ouviram gritando, e ninguém chamou a polícia. Eventualmente, ela morreu devido aos ferimentos.

Este é um caso famoso porque é um exemplo trágico de pessoas que não queriam se envolver, resultando na morte de alguém que poderia facilmente ter sido salvo se alguém tivesse chamado as autoridades. Eles poderiam ter chegado ao local e pelo menos salvado ela depois que ela foi esfaqueada, se não impedido alguns dos esfaqueamentos também. Então, um samaritano minimamente decente faria o telefonema lá.

Você não precisa se expor ao ponto de se expor ao perigo se você apenas fizer uma ligação. Então isso é minimamente decente. E as leis, as leis do bom samaritano, que exigem que as pessoas ajudem alguém a evitar danos significativos, que não colocam uma pessoa muito para fora, como salvar uma criança de se afogar em um pé de água, reconhecem isso.

Você tem o dever de ser minimamente decente. Isso não vai te colocar para fora ou causar qualquer risco a você só por ajudar a criança a sair da água. Então, é apropriado ter tais leis.

Mas o problema com as leis de aborto prescrevendo ou restringindo abortos em casos de, digamos, contraceptivos fracassados, de acordo com Thompson, é que isso é basicamente impor um fardo excessivo a alguém quando eles fizeram a devida diligência para evitar engravidar. Então, o que devemos dizer aos argumentos de Thompson aqui? Uma coisa que poderíamos dizer é que permitir que o feto viva é minimamente decente. Mesmo se medidas significativas fossem tomadas para prevenir a gravidez por meio do controle de natalidade, se esta é uma pessoa humana genuína que está crescendo dentro da mulher, então não é minimamente decente não tirar a vida dessa pessoa? É realmente heróico? Então, alguém poderia questionar se é realmente seu dever ou sua obrigação continuar com a gravidez.

Não é um ato supererrogatório, como Thompson o representa. Não está acima e além do chamado do dever. É seu dever.

Em relação à analogia das sementes humanas, alguns recuaram assim e notaram que o que Thompson faz aqui é comparar erroneamente o sexo, que é um ato altamente íntimo, a respirar ar fresco casualmente. Também sugere erroneamente que a procriação é um tipo de coisa igualmente passiva, o que não é, exceto em casos raros em que alguém é engravidado. No caso de estupro, é um ato consensual por parte de ambas as pessoas envolvidas.

Então, há uma espécie de dimensão enganosa em seu experimento mental ali. Então, essa é Thompson em seus argumentos, e revisitaremos isso em breve, especificamente seu argumento de violinista, e veremos uma objeção a isso.

Em segundo lugar, há o argumento de Marianne Warren, que também é bem conhecido e adota uma abordagem diferente da de Thompson.

Warren desafia a ideia de que fetos são pessoas e conclui que fetos não têm direito à vida. E essa é a maneira mais comum que os defensores pró-escolha argumentam hoje em dia. Seu argumento básico é que todas e somente as pessoas têm direitos morais.

Fetos não são pessoas. Portanto, fetos não têm direitos morais. É um argumento básico, silogismo aqui, que é válido.

Se é verdade que todas e somente as pessoas têm direitos morais e que fetos não são pessoas, segue-se que fetos não têm direitos morais. Agora, a premissa controversa aí é a segunda, a ideia de que fetos não são pessoas. Como Warren defende isso? Ela define uma pessoa geralmente como um membro da comunidade moral e argumenta que fetos não se qualificam como membros da comunidade moral.

Ela também usa seu próprio experimento mental para estimular nossas intuições sobre isso. Suponha que você tenha esses viajantes espaciais, e eles pousam em outro planeta e encontram essas entidades em movimento que têm formas estranhas. E elas fazem sons, bipes e assobios estranhos.

E eles parecem estar se movendo de uma forma que é intencional. Mas os viajantes espaciais acham essas entidades tão estranhas que não têm certeza se são pessoas. Então, a questão é, e Warren nos coloca, que tipos de perguntas eles deveriam ou fariam para determinar se essas entidades estranhas são pessoas ou membros da comunidade moral? Que tipos de coisas você procuraria para verificar se um ser estranho que você encontrou em outro planeta era uma pessoa? Ela propõe que esses são os tipos de coisas que eles procurariam e que você e eu procuraríamos.

Perguntaríamos: eles são conscientes? Existe algum nível de consciência aí? Eles conseguem raciocinar? Existe uma atividade automotivada? Eles têm capacidade de se comunicar? E existem autoconceitos? Eles têm autoconceitos? Então ela sugere que esses são os tipos de características que precisamos procurar em qualquer caso para verificar se qualquer entidade é uma pessoa, um membro da comunidade moral que, portanto, tem direitos. Então, entre esses cinco critérios, ela sustenta que o primeiro e o segundo, e possivelmente o terceiro, são necessários para a personalidade. Isso seria consciência, raciocínio e talvez atividade automotivada.

Mas o que ela propõe é que pelo menos você tem que ser consciente e ter capacidade de raciocínio para ser uma pessoa. E se esse for o caso, se essas são condições necessárias, e ela acredita que elas provavelmente também são condições suficientes para a personalidade, qualquer ser que não tenha nenhuma dessas qualidades não seria uma pessoa. Fetos, como se vê, não atendem a nenhum desses critérios.

Então, fetos não são conscientes, não conseguem raciocinar, não há atividade automotivada, não têm capacidade de se comunicar e não há autoconceitos. Essas são coisas que vêm mais tarde no desenvolvimento humano, na verdade, bem depois do nascimento. Então, sua conclusão é que fetos não têm direito à vida, e mulheres têm o direito, portanto, de abortar em qualquer caso.

Agora, este é, novamente, um argumento muito influente. É importante notar, a título de crítica, que este raciocínio permite a matança de bebês indesejados. Se uma criança, um recém-nascido, não consegue raciocinar, não consegue se comunicar, não tem autoconceitos e não há atividade automotivada ali, então ele falha nestes critérios.

Mesmo que haja consciência ou percepção básica, o que eu acho que ela diria que até mesmo para um recém-nascido é questionável. Mas ela morde a bala nisso em seu artigo, que ela escreveu no início dos anos 70, apresentando esse argumento. Ela concede que, ok, infanticídio em algumas circunstâncias seria aceitável, mas ela diz que não precisamos nos preocupar com isso porque, na esmagadora maioria dos casos, se os pais não querem o bebê, outra pessoa quer.

Então, preocupa outras pessoas agora que o bebê está fora do útero, e o interesse delas em manter o bebê vivo é significativo. Você tem pessoas que querem adotar, e assim por diante. Então, ela essencialmente diz que não precisamos nos preocupar com infanticídio por essas razões, sendo infanticídio um resultado lógico de sua visão.

Em segundo lugar, sua ilustração de viajante espacial é enganosa de uma forma muito sutil. Acho que ela confunde condições suficientes com condições necessárias para a personalidade. Então, apenas para esclarecer a distinção entre uma condição necessária e uma condição suficiente,

X é uma condição necessária para Y se Y não pode estar presente na ausência de X. X é uma condição necessária para Y se Y não pode estar presente na ausência de X. Então, diríamos que o oxigênio é uma condição necessária para a combustão. O que isso significa é que sem a presença de oxigênio, você não pode ter combustão. X é uma condição suficiente para Y se X garante a presença de Y. Então, nascer nos Estados Unidos é uma condição suficiente para a cidadania americana.

Não é uma condição necessária. Você pode ser naturalizado como cidadão dos EUA. Você não precisa ter nascido nos EUA. Mas se você nasceu nos Estados Unidos, então essa é uma condição suficiente para você ser um cidadão dos EUA.

Ela garante que você é um cidadão dos EUA. Então, só porque, voltando ao argumento de Warren, só porque esses critérios ou essas características de consciência, raciocínio, autoconceitos, atividade automotivada e a capacidade de se comunicar, só porque há condições suficientes para a personalidade, e isso nos daria motivos para concluir que essas entidades que encontramos em outro planeta são pessoas, não se segue disso que elas são condições necessárias para a personalidade, que você tem que tê-las para ser uma pessoa. Então, o argumento dela é problemático por esse motivo.

E então, finalmente, sua distinção entre humano e pessoa é questionável. E essa é uma suposição muito comum em discussões sobre aborto atualmente. As pessoas simplesmente vão tomar isso como certo, até mesmo os fortes pró-vida, que, bem, podemos fazer a distinção entre ser humano e ser uma pessoa, que essa é uma distinção razoável de se fazer.

Mas podemos desafiar isso. Quem disse que essa pessoa é uma subcategoria de humano? Não poderia ser o contrário? E se um humano for uma subcategoria de uma pessoa? Afinal, existem outros tipos de pessoas. Deus é uma pessoa.

Seres angelicais são pessoas, e não são humanos. E quem sabe que outros tipos de pessoas Deus pode ter criado no universo se CS Lewis estiver certo. Há vida inteligente lá fora.

Eles também poderiam ser portadores de imagens divinas, e podemos imaginar isso. Então, talvez um humano seja, na verdade, uma subcategoria de uma pessoa, nesse caso, se sabemos que alguém é um ser humano, então sabemos que é uma pessoa só porque é humano. E se esse for o caso, então qualquer ser humano no útero de qualquer mulher em qualquer ponto de desenvolvimento seria, portanto, uma pessoa.

Então, esses são dois argumentos principais para a posição pró-escolha, dois dos argumentos mais influentes na história do debate sobre o aborto, de Judith Jarvis Thompson e Marianne Warren, e essas são algumas respostas críticas que eu acho úteis. Na próxima palestra, falaremos sobre argumentos pró-vida, filosóficos e teológicos.

Este é o Dr. James S. Spiegel em seu ensinamento sobre Ética Cristã. Esta é a sessão 10, Aborto, Parte 1.